

Jane de Araújo



Presidente da Alemanha visita o Congresso

Página 6

Sarney e João Paulo descem a rampa do Congresso com o presidente Johannes Rau

PREVIDÊNCIA

Governo quer rapidez para a emenda paralela

■ Mercadante negocia reunião de Sarney e João Paulo com lideranças para debater tramitação

dência seja votada com rapidez. Mercadante debateu o assunto na sexta-feira com João Paulo Cunha e com o vice-líder do governo na Câmara, Professor Luizinho.

Está sendo negociada pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, uma reunião nesta semana entre os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, e as lideranças do governo na Câmara e no Senado para assegurar que a emenda paralela da Previ-

Os líderes partidários do Senado devem se reunir hoje com o líder do governo para discutir o subteto salarial nos estados que deverá ser incorporado à emenda paralela. A reforma da Previdência prevê que o subteto dos funcionários do Executivo estadual será o salário do governador.

Página 3

Sarney: existe vontade política de votar logo

Página 3



Jucá pretende concluir o texto da reforma tributária nesta semana

O relator da reforma tributária, Romero Jucá, informou após reunião com líderes partidários que deve apresentar até o final desta semana um texto básico representativo do entendimento sobre a proposta. Jucá anunciou uma série de encontros para fechar os detalhes técnicos que contemplem as mudanças pleiteadas pelos partidos, como a redução da alíquota da CPME, a criação do IVA e a uniformização do ICMS.

Página 4



ANÁLISE Ao lado de Mercadante (primeiro à esquerda), Jucá debate com técnicos detalhes da reforma

Gélio Azeredo

Waldemar Rodrigues



FISCALIZAÇÃO Dívida para com a Previdência supera economia com reforma, afirma Mão Santa

Mão Santa desmente nota de *O Globo*

O senador Mão Santa (PMDB-PI) desmentiu nota publicada no jornal *O Globo* pelo colunista Ancelmo Góis, que acusa o parlamentar de ter proposto que se ofereçam aos fiscais 10% do total de R\$ 170 bilhões sonegados à Previdência para que eles cobrem toda a dívida. "Na verdade, o que eu disse é que o funcionalismo está desmotivado e, com mais motivação, os fiscais conseguiriam cobrar 10% do total dessa dívida, o que seria mais do que os R\$ 11 bilhões que o governo vai economizar com a reforma da Previdência", explicou o senador.

Mão Santa voltou a criticar a reforma e mostrou carta que recebeu de um cidadão que o elogiava e a Heloísa Helena (PT-AL). Ele também afirmou que não existe guerra fiscal no país.

– Isso é invenção de São Paulo para avançar ainda mais sobre os estados pobres do país. Se não fosse este Senado da República, São Paulo invadiria o Norte e o Nordeste, para explorar ainda mais os irmãos mais pobres da Federação – disse.

Para o senador, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste pouco fez pelo Piauí e que incentivo fiscal é uma forma de atrair investimentos.

Agenda

Plenário realiza sessão não deliberativa às 14h30

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, não será deliberativa, ou seja, não haverá votação de matérias. Ela é destinada a pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros senadores inscritos para discursar na tribuna são Mão Santa (PMDB-PI) e Eurípedes Camargo (PT-DF) – foto. Os trabalhos do Plenário podem ser acompanhados ao vivo pela TV e pela Rádio Senado, além da cobertura em tempo real da Agência Senado pelo endereço www.senado.gov.br.



Programação de rádio e TV pode ser regionalizada

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, que faz parte do Conselho de Comunicação Social, reúne-se

hoje, às 14h, para analisar projeto da deputada Jandira Fegalli (PCdoB-RJ) que prevê que as emissoras de rádio e TV

devem dedicar maior tempo para programação cultural, artística e jornalística regional e produções independentes.

Termina hoje indicação para o Diploma Mulher-Cidadã

Hoje é o último dia para indicações de candidatas ao Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, uma homenagem a brasileiras que contribuem na defesa dos direitos das mulheres. Serão escolhidas cinco

brasileiras para receber o prêmio. A indicação deve ser encaminhada à Mesa do Senado, juntamente com o currículo da indicada. Informações pelos telefones (61) 311-2291 ou 311-2297.



Ministro discute mudanças no Provão

Amanhã, às 10h, a Comissão de Educação (CE) realiza audiência pública com o ministro da Educação, Cristovam Buarque, que fala sobre a extinção do Exame Nacional de Cursos, mais conhecido como Provão. O Ministério

da Educação prevê a implantação de uma nova avaliação, que seria opcional e feita por amostragem. Atualmente, todos os formandos dos cursos avaliados devem fazer o Provão para que seja emitido o diploma.

Empréstimo à prefeitura de SP na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute amanhã, às 10h, mensagem autorizando a prefeitura de São Paulo a adquirir empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiar programa de reabilitação da área central do município, e duas emendas de Plenário apresentadas ao projeto que estabelece regras de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PLS nº 9/99).



Debates na TV Senado

O programa *Cidadania* de hoje, às 19h30, discute a credibilidade das instituições governamentais com o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Appropato. Às 20h30, o senador Aelton Freitas (PL-MG) fala sobre agricultura no programa *Entrevista*.

A Voz do Cidadão

O serviço A Voz do Cidadão, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações gratuitas da população em todo o território nacional pelo telefone 0800 612211, durante 24 horas. A Câmara dos Deputados também oferece o mesmo atendimento, pelo número 0800 619619.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Pesar pela morte de José Carlos Fragoso

O Senado aprovou voto de pesar pela morte do advogado, criminalista e professor José Carlos Fragoso, ocorrida no último dia 22 em São José do Rio Preto (SP). José Carlos era filho de Heleno Fragoso, que foi um dos mais importantes advogados criminalistas do Brasil.

O Plenário aprovou ainda, por sugestão de Ideli Salvatti (PT-SC), voto de louvor ao Colégio Tradição, de Florianópolis (SC), pela obtenção do Prêmio Escolar 2003, concedido pela Unesco no Brasil e pelo Escritório das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime. Os senadores acolheram ainda voto de louvor à Escola de Ensino Fundamental São Cristóvão, de Criciúma (SC), que recebeu Menção Honrosa pelo Prêmio Escola.

Emenda de ACM mantém regra para policiais

O *Jornal do Senado* divulgou informação errada sobre emenda do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovada na última quinta-feira, que modificou dispositivo da proposta de reforma da Previdência relacionado à aposentadoria dos policiais militares estaduais. A informação, também veiculada pela Agência Senado, afirmava que a emenda estendia "aos policiais civis e militares os mesmos direitos, no que diz respeito às aposentadorias, conferidos aos servidores das Forças Armadas".

Na verdade, a emenda suprimiu, do texto do relator Tião Viana (PT-AC), a proibição de que lei (estadual ou federal) possa vir a estabelecer qualquer forma de contagem de "tempo de contribuição fictício". Isso significa que os estados, no caso dos policiais militares, e a União, no caso dos policiais federais, poderão contar em dobro, para efeito de aposentadoria, o tempo de efetivo trabalho nas ruas. A emenda mantém a situação hoje vigente.

O Sindicato dos Escrivães, Inspectores e Investigadores das Polícias do Rio Grande do Sul informa que o benefício não retira dos policiais a obrigação de trabalhar até 60 anos de idade (55, no caso das mulheres), independente do tempo de contribuição.

REFORMAS

Hoje, líderes partidários no Senado devem se reunir para discutir o texto sobre os subtetos salariais. O novo dispositivo será incorporado à proposta paralela apresentada pelo relator da Previdência, Tião Viana



SATISFAÇÃO Segundo Paim, acordo permitiu acolhimento de pleitos dos funcionários

Paim diz que PEC incorpora suas sugestões

Ao justificar, na sexta-feira, seu voto favorável à proposta de reforma da Previdência, o senador Paulo Paim (PT-RS) argumentou que confia no acordo entre os líderes da base governista, com a ajuda de opositoristas, em torno da emenda paralela. Ele afirmou que seria incoerente de sua parte votar contra a reforma quando o relator atendeu a 80% das suas propostas na emenda paralela. Paim manifestou crença de que seja viável a votação da matéria até 15 de dezembro, no Senado.

O senador cumprimentou as entidades do funcionalismo que reconheceram, na visita que fizeram a ele, que "iam perder tudo se não fosse esse acordo". Paim anunciou que marcou encontro entre os representantes dessas entidades e o relator da reforma, senador Tião Viana (PT-AC), para redigir o novo relatório sobre as 112 emendas destacadas da proposta. E informou que vem recebendo muitas mensagens eletrônicas de apoio ao acordo, mostrando entendimento em relação a esse "verdadeiro jogo de xadrez" que ocorre nas negociações no Congresso.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse estar convencido de que é possível votar a emenda paralela até o dia 15 de dezembro. Os senadores Eurípedes Camargo (PT-DF) e Heráclito Fortes (PFL-PI) elogiaram a atuação do senador gaúcho. Paim pediu que conste nos Anais artigo do jornalista Paulo Santana, do *Zero Hora*, que reproduziu a carta que o senador enviou ao jornal sobre o acordo.

Mercadante quer garantir rapidez na tramitação da emenda paralela

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), está negociando uma reunião esta semana, entre os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, e as lideranças do governo nas duas Casas para assegurar que a chamada emenda paralela da Previdência Social seja votada com rapidez. Mercadante já conversou na sexta-feira com o presidente da Câmara e com o vice-líder do governo naquela Casa, Professor Luizinho.

O PMDB, partido aliado do governo, quer a garantia de que a proposta não ficará parada na Câmara. O líder da bancada, Renan Calheiros (AL), defende a votação da emenda paralela

ainda este ano, pelos senadores. Ele chegou a sugerir convocação extraordinária no mês de janeiro, para que a Câmara possa examinar a matéria. Alguns deputados, no entanto, têm ponderado que o prazo do recesso não é suficiente e, por isso, seria melhor tratar do assunto no período legislativo normal, no próximo ano.

Subteto

Hoje, os líderes partidários no Senado devem se reunir com o líder do governo, Aloizio Mercadante, para discutir o texto sobre subtetos salariais nos estados que deverá ser incorporado à nova emenda paralela. A reforma da Previdência prevê que o subteto dos fun-

cionários do Executivo estadual terá como base o salário do governador, mas o PMDB quer dar um prazo para que sejam propostos às assembleias legislativas projetos de reajuste dos vencimentos do chefe do Executivo dos estados onde o valor é baixo.

Já o PFL defende subteto único nos estados, no valor do salário dos desembargadores – este é fixado pela reforma da Previdência em 90,25% do vencimento de ministro do Supremo Tribunal Federal. O governo federal não concorda com o subteto único, porque levaria a uma indexação geral dos salários aos vencimentos de ministros do Supremo.



NEGOCIAÇÃO Mercadante vai se reunir com os presidentes das duas Casas e lideranças



DISPOSIÇÃO Em encontro com José Sarney, João Paulo Cunha lhe assegurou que a Câmara pode decidir rapidamente sobre a matéria

Há vontade política para votar logo, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse na sexta-feira que conversou com o presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a respeito da tramitação da chamada emenda paralela, e constatou que existe "vontade política" da parte de ambos no sentido de trabalhar pela conclusão da votação dessa proposta o mais rápido possível.

– Acabo de ouvir do presidente da Câmara que ele tem a melhor boa vontade para que rapidamente possa ser concluída a votação da PEC paralela.

O problema da necessidade de convocação depende justamente do andamento dos trabalhos aqui no Senado e na Câmara, e há vontade política de nossa parte, e da parte do presidente da Câmara, no sentido de que essa seja uma tramitação rápida – afirmou o presidente do Senado.

José Sarney e João Paulo Cunha encontraram-se no Salão Nobre do Senado, durante a visita do presidente da Alemanha, Johannes Rau, ao Congresso.

▼ Por dentro da proposta que complementa reforma

O que passou a ser chamado de emenda paralela da Previdência (PEC 77/03) é uma proposta de emenda constitucional que incorpora as mudanças aceitas pelo governo federal à reforma previdenciária, no Senado. Ela foi idealizada para evitar que a reforma recebesse mudanças, o que obrigaria seu reenvio à Câmara, onde já foi votada. Assim, a reforma será promulgada depois de sua aprovação em dois turnos pelos senadores, enquanto a proposta paralela seguirá para exame dos deputados.

O texto da PEC receberá emendas nos próximos dias,

para acrescentar pontos aceitos pelo governo, fruto de negociações com os líderes partidários – a principal refere-se ao subteto salarial dos executivos estaduais. Essas são as mudanças previstas na proposta paralela:

- Permite alíquotas menores (ainda não definidas) de contribuição ao INSS para trabalhadores sem vínculo empregatício e donas-de-casa. O prazo de carência para os benefícios também será menor.
- Autoriza a adoção de requisitos e critérios especiais para aposentadoria de portadores de deficiência. Lei ordinária detalhará tudo.

- Concede prazo de 60 dias para que os governadores enviem projetos às assembleias elevando seus salários, caso eles sejam baixos. O máximo será o salário de desembargador.
- Dobra os valores dos limites para efeito de cobrança da alíquota de Previdência de 11% de aposentados e pensionistas, desde que eles tenham doenças incapacitantes. Lei também definirá quais são essas doenças.
- Volta a conceder paridade aos atuais servidores, quando eles se aposentarem, desde que tenham completado 25 anos de serviço público. A reforma da Previdência exclui a

- paridade ativo-inativo.
- Impõe controle social da Previdência, com representantes do Ministério Público, Legislativo e Judiciário na sua gestão. Haverá ainda censo previdenciário a cada cinco anos.
- Transição para quem começou a trabalhar muito cedo – conforme anunciou o relator da emenda paralela, senador Tião Viana (PT-AC). A idéia é reduzir em um ano a idade de aposentadoria para cada ano que o servidor trabalhar a mais além de 30 anos (mulher) e 35 anos (homem).

REFORMAS

Parecer de Romero Jucá traz proposta de criação de gatilho sobre a carga tributária, que reduziria os impostos sempre que a economia apresentasse melhoras. Idéia deve ser aprimorada em lei complementar



Waldemir Rodrigues

RETRAÇÃO O senador lembrou que em 2003 a economia teve o pior desempenho em cinco anos

Alvaro Dias estranha "alma lavada" de Lula

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a reforma da Previdência representou "um golpe devastador e um confisco cruel" contra a população brasileira, e que por isso estranhava a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, dada na última quinta-feira, de que estava "com a alma lavada" pela aprovação da proposta pelo Senado. Mas o senador elogiou o projeto de lei enviado pelo governo estruturando as parcerias público-privadas (PPP) no Brasil.

Na parte do pronunciamento em que criticou a declaração presidencial, Alvaro Dias lembrou que a economia brasileira teve neste ano a pior retração dos últimos cinco anos, de 1,5%. Disse ainda que o desemprego cresceu 21,7%, "na contramão da promessa feita durante a campanha de criação de 10 milhões de empregos". Segundo cálculos citados pelo senador, o Brasil teria 1 milhão de novos desempregados.

Em relação às PPPs, Alvaro Dias fez um histórico desse instrumento, utilizado primeiramente na Inglaterra, em 1993, e depois no México e na África do Sul. As PPPs vêm sendo responsáveis, a seu ver, por um acelerado processo de investimentos na construção e manutenção de estradas, ferrovias, saneamento, hospitais e até projetos militares.

No Brasil, segundo o senador, o Estado ficaria encarregado de alocar 70% dos investimentos, sendo os outros 30% responsabilidade da iniciativa privada. "Vamos apoiar a iniciativa, mas é preciso competência e capacidade gerencial", disse ele.

Relator espera concluir texto da tributária ainda esta semana

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) informou na sexta-feira, após reunião com líderes partidários no gabinete do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, que pretende apresentar até o final desta semana um texto básico representativo do entendimento em torno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/03, que institui a reforma tributária.

Ele disse que serão realizados outros encontros a partir de hoje para fechar os detalhes técnicos que contemplem as mudanças pleiteadas pelos partidos, como a redução da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e a uniformização do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Jucá prevê que a reforma seja votada até o fim do ano.

– Essa matéria está em evolução, todos os textos de modelo do sistema tributário estão sendo discutidos e aprimorados e, paralelamente a isso,

tanto o PFL quanto o PSDB estão apresentando algumas propostas – declarou Jucá.

A idéia de instituição do IVA, explicou o senador, é a de ter um único imposto de valor agregado que abrangeria todos os produtos e pudesse ser implementado a partir de 2007. Também está prevista modificação que permita a existência de uma única contribuição social, fundindo todas as outras contribuições federais, relatou Jucá.

– Na verdade, o IVA é um ponto final da construção de um modelo que, no futuro, vai simplificar o sistema tributário brasileiro de uma forma muito forte, criando um processo radical de simplificação – previu.

Gatilho

A respeito da proposta de criação do chamado gatilho sobre a carga tributária – instrumento que alteraria as alíquotas no momento em que os índices macroeconômicos fossem alterados –, o senador disse que o conceito já faz parte de seu texto, inclusive buscando uma vinculação do gatilho com a

cobrança da CPMF.

Um modelo possível, descreveu o senador, poderia ser um gatilho que avaliasse a dívida e a receita públicas – entre outras variáveis macroeconômicas do setor público – e disparasse a redução de alíquotas, como a CPMF, quando esses critérios e relações melhorassem. O cálculo desse mecanismo, segundo Jucá, poderia ser aprimorado por lei complementar e a fixação em lei, em um processo permanente e gradativo de redução da atual alíquota da CPMF de 0,38% até chegar a alíquota de 0,08%, com caráter fiscalizatório.

– Um país que quer ser moderno e competitivo tem de reduzir sua carga tributária e torná-la compatível com a necessidade de arrecadação do setor público, levando em conta que um processo tributário muito forte acaba sendo inibidor do crescimento econômico e da competitividade. É importante o setor público avançar na diminuição da carga tributária para fazer justiça e ao mesmo tempo evitar a so-



Jane de Araújo

REUNIÕES Jucá deve realizar encontros a partir de hoje para fechar o texto da PEC 74

negação – disse.

Sobre o Fundo de Desenvolvimento Regional, o senador afirmou que a matéria ainda está sendo discutida, já que não existem, até agora, as possibilidades financeiras para compor o fundo como solicitam os governadores. "Mas o pleito macro, de idéia, de filosofia dos governadores, de criar o fundo para investimento do setor público, já está atendido", antecipou Jucá.

Rodolpho Tourinho registra avanço na negociação das três propostas

Na segunda sessão de discussão da proposta de reforma tributária, realizada na sexta-feira, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) assinalou que houve avanços no debate das três propostas sobre o tema: a do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que prevê uma reforma em três tempos; a que ele próprio apresentou, muito semelhante à de Jereissati, mas sem a previsão de etapas; e a defendida pelo relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR).

– Essa discussão no dia de hoje é extremamente importante para que possamos chegar a um acordo sobre a reforma tributária no final da próxima semana – acrescentou.

O senador manifestou seu entendimento de que a União precisa definir uma posição em relação à questão do Fundo de



Waldemir Rodrigues

DECISÃO Tourinho quer que o governo defina logo o Fundo de Desenvolvimento Regional

Desenvolvimento Regional até hoje, para que se possa dar continuidade a um processo de acordo em torno da reforma. Em sua opinião, a alocação de R\$ 2 bilhões para o fundo é absolutamente necessária para que se possa substituir a chamada guerra fiscal.

Tourinho manifestou especial preocupação com as receitas dos estados e municípios, registrando que em 1998 as receitas compartilhadas entre os estados, os municípios e a União, decorrentes da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), representavam 76%, caindo para 46% em 2002.

O senador lembrou que a maioria dos municípios brasileiros está enfrentando problemas financeiros que os impedem, inclusive, de pagar o 13º salário ao funcionalismo este ano. E disse que a única forma existente hoje para que se comece a enfrentar a imensa crise dos municípios, "iniciada também em 1988 pelo avanço da União nas receitas dos estados e dos municípios", é aumentar o Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Emendas até quinta-feira

Os senadores que pretendem apresentar emendas à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/03, que reforma o sistema tributário do país, poderão fazê-lo até quinta-feira, quando está marcada a quinta e última sessão de discussão da matéria, em primeira etapa de tramitação no Plenário.

Após o primeiro turno, o parecer do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e as quase 200 emendas de Plenário apresentadas até agora retornam para novo exame pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Jucá já informou que, como existe entendimento entre as lideranças partidárias sobre o modelo básico da reforma, a matéria será votada na CCJ e novamente encaminhada ao Plenário, para deliberação em segundo turno, com três sessões de discussão e uma segunda e última votação. O senador disse que a idéia é aprovar a reforma tributária antes do recesso de Natal.

Fotos: Waldemir Rodrigues



IGUALDADE Evento ampliou luta pela inclusão da mulher negra, observa Eurípedes Camargo

Eurípedes elogia encontro de parlamentares

O senador Eurípedes Camargo (PT-DF) aplaudiu, na sexta-feira, a iniciativa do Congresso brasileiro de sediar o 1º Encontro de Parlamentares Negros das Américas e do Caribe, que se realizou, entre os dias 22 e 23, no Auditório Nereu Ramos. No evento foram debatidas políticas de promoção de igualdade racial e de procura de oportunidades iguais de educação e trabalho para americanos de todas as raças.

De acordo com o senador, os parlamentares aprovaram a Carta de Brasília, em que se comprometem a lutar por uma maior representação dos afro-descendentes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário de seus respectivos países. Em especial, eles manifestaram a intenção de lutar pela inclusão das mulheres negras.

O senador citou alguns pontos do documento que ele considerou particularmente relevantes, tais como a necessidade de respeito à religiosidade e tradições culturais dos afro-descendentes, por meio da preservação das religiões de matrizes africanas, bem como de sua cultura específica.

Parlamento Negro

O encontro decidiu, ainda, criar um grupo de trabalho de legisladores negros das Américas e do Caribe para trabalhar na construção de um Parlamento Negro Permanente da região, para que tenham participação ativa nas negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

Os parlamentares reunidos em Brasília decidiram trabalhar pelo aumento da cooperação entre países da América Latina e da África, visando contribuir no desenvolvimento de ambos os continentes. "Queremos dar visibilidade a uma lógica de dominação que ainda exclui 150 milhões de pessoas negras somente nas Américas e no Caribe", concluiu Eurípedes.

Suplicy é contra expulsão de Heloísa Helena pelo PT

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) revelou, em discurso na sexta-feira, que, durante conversa mantida com o presidente Luís Inácio Lula da Silva, ponderou que será melhor para o Partido dos Trabalhadores não chegar à decisão extrema de excluir de seus quadros a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

– Transmiti ao presidente Lula que estarei observando, nos próximos dias, que melhor será para o PT que tenhamos uma

decisão com espírito de generosidade, levando-se em conta ainda que teremos aqui aprovada a proposta da reforma da Previdência, que suscitou todos esses debates.

Suplicy acrescentou que o governo e os próprios senadores tentaram persuadir integrantes do PFL e do PSDB a votar contrariamente às orientações de sua direção e de suas lideranças. "E nisso o PT e o governo foram bem sucedidos

com respeito a 13 senadores", observou. Ele lembrou que o diretório nacional do PT terá de decidir sobre que sanção aplicar à senadora em reunião marcada para os próximos dias 13 e 14. Destacando que essa será uma importante decisão, disse que tem mantido a postura de recomendar tanto ao diretório nacional quanto ao Conselho de Ética do partido, que se reuniria no último sábado, que não

adotem a medida extrema de expulsão da senadora.

– Ainda que possa haver alguns erros na avaliação da senadora, como em relação à questão dos filhos da pobreza, acho que deve ser compreendido que ela votou por convicção no que tanto acreditava, o que deve ser objeto de análise – acrescentou o senador, afirmando que o parlamentar pode divergir da bancada, por consciência ou convicção.

Para Virgílio, indicadores mostram baixo desempenho do governo

■ Ele diz que Executivo vem conseguindo zero nos projetos de combate à fome e ao analfabetismo

Os últimos índices econômicos do país, que apontam crescimento próximo de zero do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 e altas taxas de desemprego, são, na opinião do senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, fruto do baixo desempenho administrativo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e demonstram a falta de capacidade decisória do governo.

Para o senador, foi a demora do governo em reduzir as taxas de juros que substituiu a previsão de crescimento de 2% do PIB pela atual estagnação. O Comitê de Política Monetária (Copom), segundo Virgílio, seria o responsável pela situação.



CONSEQUÊNCIA Demora em reduzir taxa de juros provocou estagnação, afirma Virgílio

Levando em conta que, caso o país não cresça pelo menos 4% ao ano não haverá como absorver a população economicamente ativa, o senador destacou que a falta de crescimento registrada neste governo fez com que o índice de desemprego de outubro fosse o pior para o mês, desde 1985, e os rendimentos dos trabalha-

dores caíssem.

– Está faltando emprego até para Papai Noel. O Bom Velhinho deveria pelo menos ter estabilidade. Mas não é isso que ele tem no atual governo.

Nota zero

Por não ter autocrítica, disse Virgílio, o governo vem conseguindo "nota zero" em diversas áreas, como no Fome Zero, na eliminação da alfabetização e na segurança pública. "É um governo inconsistente, oco; por dentro não há o que se extraia para valer. O país vive das manchetes virtuais, enquanto as melhorias não chegam às vidas das pessoas", analisou o líder do PSDB.

Virgílio se disse espantado pelo fato de o governo se ancorar na popularidade de Lula. "O presidente está embalando seu governo em cima de sua própria figura. Não sei até quando essa dobradinha Lula-Duda Mendonça vai segurar esse governo que não resolve."

Em aparte, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que o governo deixou de cumprir acordos no Congresso. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) sustentou que o governo realizou uma obra "de imensa envergadura".

Pelo ralo

Em outro pronunciamento, Virgílio disse que deseja saber da Advocacia Geral da União (AGU) as razões pelas quais o órgão não libera a homologação do concurso para preenchimento de cargos de procurador da Fazenda Nacional. Segundo o senador, o governo vem protelando a nomeação dos aprovados, apesar da falta de servidores nessa carreira.

– A falta de procuradores impede que o governo cobre débitos de impostos. Enquanto isso, o governo busca o aumento da carga tributária, que inclui a taxa dos inativos. O dinheiro está sendo jogado pelo ralo por falta de pessoal.

Maguito pede repasse extra do FPM para prefeituras pagarem 13º salário

As cidades brasileiras atravessam uma de suas piores crises financeiras em virtude da queda nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), alertou na sexta-feira, em Plenário, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO). Ele propôs um repasse extra de recursos a ser feito pelo fundo com o objetivo de ajudar as prefeituras no pagamento do 13º salário de seus funcionários. Para ele, essa seria uma medida emergencial que aliviaria

o caixa das prefeituras.

Maguito informou que o FPM é a maior fonte de recursos de pelo menos 80% das prefeituras do país, e que até julho deste ano a perda chegou a R\$ 2,4 bilhões, de acordo com levantamento realizado pela Federação Nacional dos Municípios.

– Caíram as receitas, mas continuaram as obrigações e responsabilidades, inclusive as que foram repassadas pela União e pelos estados em anos

anteriores – advertiu Maguito, para quem a crise das prefeituras não prejudica apenas os prefeitos, mas a população como um todo, especialmente a de baixa renda, que depende dos serviços públicos.

Maguito voltou a defender a adoção de uma política sólida para o crescimento regional, o que, observou, passa pelo fortalecimento dos municípios. Somente dessa maneira, no seu entender, as desigualdades sociais poderiam ser combatidas.



SOCORRO Maguito salienta que medida traria alívio ao caixa dos municípios

O senador disse ser de fundamental importância que os prefeitos sejam chamados para debater a reforma tributária, em tramitação no Senado.

Suplicy: Câmara aprova renda básica de cidadania

Proposta do senador é acolhida pela Comissão de Constituição e Justiça em caráter terminativo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) informou na sexta-feira, em Plenário, que projeto de lei de sua autoria que institui a renda básica de cidadania foi aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e de Redação (CCJR) da Câmara dos Deputados. Se até a próxima quinta-feira não houver recurso suscitado por no mínimo 52 deputados para que a matéria seja submetida ao Plenário, o projeto será encaminhado ao presidente da República para sanção ou veto.

A proposição, segundo o senador, é compatível com a proposta de reforma tributária em



ADEQUAÇÃO De acordo com Suplicy, projeto é compatível com a reforma tributária

tramitação no Senado e com a Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o texto, é instituída, a partir de 2005, a renda básica de cidadania, que é o direito de todos os brasileiros residentes no país e dos estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, independentemente de sua condi-

ção socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário.

A abrangência da renda deverá ser ampliada em etapas, a critério do Executivo, dando-se prioridade às camadas mais necessitadas da população, conforme aperfeiçoamento promovido no texto pelo ex-senador Francelino Pereira.

Quando instituída plenamente, esclareceu Suplicy, a renda básica de cidadania será de igual valor para todos e suficiente para atender às despesas mínimas com alimentação, habitação, educação e saúde. O benefício monetário será considerado renda não tributável e o seu valor será definido pelo governo federal.

– O governo Lula, interagindo com o Congresso, está, sim, atacando o problema da pobreza e caminhando na direção de erradicarmos a fome e a pobreza absoluta no Brasil – afirmou Eduardo Suplicy.



COOPERAÇÃO O presidente do Senado, José Sarney (D), elogiou a relação entre os dois países, principalmente no setor ambiental

José Sarney recebe presidente da Alemanha

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou na sexta-feira as boas relações comerciais e as posições comuns na política exterior que têm unido o Brasil à Alemanha, logo após receber o presidente daquele país, Johannes Rau, e sua comitiva, no Salão Nobre do Senado, em evento conjunto com a Câmara dos Deputados, representada por seu presidente, João Paulo Cunha.

– Nossas relações comerciais são excelentes, e o Brasil é o

maior parceiro da Alemanha na América Latina. Internacionalmente, temos muitas posições convergentes, como é o caso da mudança e atualização das Nações Unidas, para que possa ajustar-se aos tempos de hoje – afirmou.

Sarney mencionou a importância da cooperação alemã com doações para o setor do meio ambiente e também a atitude do presidente Rau, “um amigo do Brasil que sempre faz referências elogiosas ao país”.

João Ribeiro defende doação de computadores do Senado para escolas

O senador João Ribeiro (PFL-TO) anunciou em Plenário, na sexta-feira, que apresentou o Projeto de Resolução nº 65/03, possibilitando que bens móveis do Senado possam ser doados a instituições públicas e filantrópicas. Atualmente, a Resolução nº 93/97 não permite a doação e determina, por exemplo, que computadores úteis para a educação sejam leiloados.

– Desejamos, ao mesmo tempo, propiciar à administração do Senado o melhor proveito de bens móveis da Casa em desuso ou subutilizados e dar

uma oportunidade para que estudantes das escolas, principalmente do interior, possam ter acesso à informática e ao aprendizado que ela propicia – declarou João Ribeiro, ao propor que associações de atendimento a deficientes físicos também possam futuramente receber doações do Senado.

Ele argumentou que a realização de um leilão, que pressupõe a mobilização de uma equipe da Casa, é dispendiosa e lenta. Em muitos casos, ponderou, o valor arrecadado não compensa nem sequer a despesa com a organização do leilão.



AJUDA Pelo projeto de Ribeiro, Senado poderia doar periféricos usados para colégios do interior

– Há momentos em que a doação será de melhor proveito que a alienação em leilão, onde pouco é arrecadado – afirmou.

Centro cirúrgico é inaugurado em Teresina

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou sua satisfação com a inauguração, no dia 20 de novembro, de uma nova ala do Hospital São Marcos, em Teresina, especializada em recuperação de fissurados labiais e portadores de lábios leporinos, por meio de cirurgias plásticas. Ele ressaltou a importância desse tipo de cirurgia, por permitir a inclusão social de crianças que, por terem defeitos do palato, são ridicularizadas na escola.

Heráclito destacou a presença, na cerimônia de inauguração, do cirurgião plástico Ivo



AVANÇO Segundo Heráclito, a nova ala do hospital permite cirurgias plásticas em crianças

Pitangui, que foi professor do atual diretor do centro de recuperação labial em Teresina, Pascoal Pinheiro Corrêa.



TOUR Os dois atores do filme *Cidade de Deus* foram recebidos pelo senador Mão Santa (D), que dirigia os trabalhos da Mesa

Laranjinha e Acerola visitam o Senado

Os atores Darlan Cunha e Douglas Silva – Laranjinha e Acerola, do seriado *Cidade dos Homens*, da TV Globo – visitaram o Congresso Nacional na sexta-feira. Os atores, que também participaram do elenco do filme *Cidade de Deus*, vieram realizar uma gravação do quadro “Repórter por um Dia”, do programa *Fantástico*. O tema abordado na reportagem foi a possibilidade de diminuição da maioria penal de 18 para 16 anos.

Em entrevista à Agência Senado, Darlan afirmou ser contra a diminuição da idade penal. O ator disse que um jovem de 16 anos que comete um crime tem que ser punido, uma vez que “tem noção do que está fa-

zendo”. Mas, na opinião de Darlan, esse jovem precisa, em vez de ir para uma cadeia comum, receber orientação. “Muitas vezes esse jovem não teve oportunidade de ser orientado”, comentou.

Os atores passearam pela Câmara dos Deputados, e no Plenário do Senado foram guiados pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que explicou rapidamente o funcionamento da Casa. O senador os levou inclusive à Mesa, para cumprimentarem os senadores que dirigiam a sessão, presidida por Mão Santa (PMDB-PI). O senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que discursava no momento da visita, saudou a dupla de atores.

Sarney apóia redução da maioria

O presidente do Senado, José Sarney, reafirmou na sexta-feira posições anteriores a favor da



Sarney também se manifesta contra pena de morte

redução da maioria penal, de 18 para 16 anos, e contra a adoção da pena de morte no Brasil, mas reiterou que dava suas opiniões sem intenção de polemizar com as declarações recentes do rabino Henry Sobel sobre o assunto.

– Não quero, de nenhuma maneira, apreciar a posição do rabino Sobel. Mas quero dizer, de minha parte, que sou contra a pena de morte. Ela não faz parte das minhas concepções e acho que não é solução para nada. Já a redução da maioria penal parece-me uma coisa lógica, já que os jovens de 16 anos podem votar e têm sua personalidade inteiramente formada, então não há por que não terem também responsabilidade penal – explicou.

Valmir Amaral louva projeto da Lei de Falências

Valmir Amaral (PMDB-DF) entende que o projeto da Lei de Falências, que acaba de chegar



Valmir Amaral: proposta evita quebra de empresa

ao Senado, evitará a quebra de empresas consideradas viáveis e que enfrentam dificuldades momentâneas. O senador saudou a chegada do texto ao Senado, congratulando os deputados por terem aprovado a matéria por 245 votos contra 24.

Para Valmir, essa será “uma lei alvissareira, que atualiza o processo de recuperação das empresas e pune quem gerencia mal seus negócios”. Ele observou que o texto substitui a concordata por um plano de recuperação judicial de seis meses.

Ideli defende combate duro ao crime organizado

País deve atacar impunidade, lentidão da Justiça e contaminação do poder público, adverte

A sociedade brasileira vem enfrentando o aumento da tensão e do medo com o crescimento do crime organizado, segundo destacou na sexta-feira a senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Para combater o problema, Ideli acredita ser preciso que o país enfrente o mais rápido possível três questões: a impunidade, a lentidão da Justiça e a contaminação do poder público pelo crime organizado.

Em relação à impunidade, a senadora afirmou que no atual sistema penal apenas pobres, negros e prostitutas são punidos. “É muito raro ter penas aplicadas a pessoas de maior nível econômico”, disse.

A senadora defendeu também maior agilidade do Judiciário, principalmente nos casos que têm como réu pessoas



ATUAÇÃO Ideli Salvatti aplaude ministro da Justiça pelas operações da Polícia Federal

poderosas. Ideli citou como exemplo processo que vem sendo movido contra o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, acusado de abuso de poder econômico nas últimas eleições. Roriz está ameaçado de perder o cargo caso seja condenado, mas o processo se arrasta há mais de um ano, lembrou.

O terceiro ponto a ser combatido, na opinião de Ideli, é a contaminação do aparelho do

Estado pelo crime organizado. Ela afirmou que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em vários estados estão contaminados.

A senadora elogiou a atuação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pelas bem-sucedidas operações da Polícia Federal, que vem investigando o crime organizado.

Em aparte, Eurípedes Camargo (PT-DF) citou reportagem do jornal comunitário *Galo de Briga*, em que o procurador da República Franklin Rodrigues da Costa conta como funcionou o desvio de dinheiro público na última campanha eleitoral para governador no Distrito Federal.

Também em aparte, Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu medidas que elevem a prevenção ao crime organizado, que estruturam as polícias e promovem o combate à corrupção. O senador afirmou que, segundo o Banco Mundial, 40% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são perdidos em corrupção ou má gestão.

Serys quer ampla reforma do Judiciário

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) defendeu uma ampla reforma do Judiciário, com o objetivo de torná-lo mais transparente e ágil em suas ações. Para ela, a reforma poderia começar pelo controle externo, “uma das principais alternativas para a recuperação da credibilidade” do Poder.

– O Judiciário não pode continuar sendo uma caixa inviolável – alertou Serys, ao sugerir que seja resgatada a proposta discutida pela Assembléia Nacional Constituinte de 1988, segundo a qual os presidentes de tribunais, inclusive o do Supremo Tribunal Federal (STF), seriam obrigados a prestar contas semestralmente ao Congresso Nacional sobre o andamento de seus respectivos trabalhos.

A senadora observou que a reforma do Poder Judiciário voltou ao centro das discussões após a Polícia Federal divulgar, recentemente, os resultados da Operação Anaconda, que mostraram, conforme informou, o



ADVERTÊNCIA Para Serys, “o Judiciário não pode continuar sendo uma caixa inviolável”

envolvimento de juizes com o crime organizado, em casos como a venda de sentenças judiciais.

Serys disse que as revelações da Operação Anaconda “assustaram” toda a sociedade, reforçando a tese de que o Judiciário necessita passar por uma profunda reforma. Para ela, o trabalho realizado pela Polícia Federal e pelo Ministério Público deve ser elogiado por todos, “já que está ajudando a depurar o Judiciário”.

No pronunciamento, a sena-

dora parabenizou o presidente do STF, Maurício Corrêa, o qual propôs que no próximo dia 8 de dezembro todos os juizes brasileiros abram as portas dos seus gabinetes para receber a imprensa e as entidades da sociedade civil para que seja discutida a realidade do Judiciário.

Meio ambiente

Serys Slhessarenko aplaudiu a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente para Adultos, iniciada na sexta-feira e que se estenderia até domingo, na Universidade de Brasília (UnB). Na pauta do encontro constavam os temas recursos hídricos, biodiversidade, pecuária, agricultura, atividades de pesca e extração florestal.

Para a senadora, o encontro, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, confirma o compromisso do atual governo com a qualidade de vida e a sustentabilidade socioambiental, “como pressupostos de um novo ciclo de desenvolvimento para o país”.



VIOLÊNCIA Raupp sugere investimentos para conter escalada da criminalidade

Raupp pede recursos para infra-estrutura

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu ao governo mais atenção para as obras de infra-estrutura na Amazônia, como as usinas Jirau e Santo Antônio, do complexo do Rio Madeira, direcionadas para o atendimento das regiões Centro-Oeste e Nordeste, com capacidade de 7.480 megawatts (MW) e que irão gerar cerca de 20 mil empregos diretos. Investimentos como esses, segundo o senador, poderão contribuir para diminuir a escalada de violência nos estados amazônicos, como Rondônia.

Raupp lamentou o aumento da criminalidade em Rondônia, que, pela sua localização, possui uma vasta área de fronteira com países produtores de entorpecentes. Nos últimos dez dias, continuou, pelo menos três casos de seqüestros relâmpagos foram divulgados, como o do ex-secretário de Saúde de Porto Velho, o médico Macário Barros, seqüestrado na porta de sua residência. “Pela ação corajosa de dois delegados, os seqüestros terminaram sem maiores tragédias para as vítimas”, relatou.

Mas o clima de insegurança no estado só tem crescido, segundo o senador, com os conflitos agrários na região de Buritis, o enfrentamento entre garimpeiros e os índios cintas-largas em Espigão d'Oeste e o aumento dos casos de homicídio na capital. Raupp solicitou uma ação eficaz e emergencial por parte do governo para conter essa escalada de violência.

– O projeto da reforma do Código Penal e aqueles pertinentes às questões carcerárias somente são retomados quando ocorrem casos bárbaros que comovem a população brasileira e jornais e articulistas no dia seguinte – lamentou.



RECURSOS Procedimentos para transplantes são custeados pelo Sistema Único de Saúde

O que diz a lei sobre remoção de órgãos

A remoção de órgãos e tecidos para transplantes está prevista na Lei nº 10.211/01. A legislação determina que cabe exclusivamente à família a autorização para o transplante, independentemente da vontade declarada antecipadamente pelo morto. Por isso, o doador deve conversar com seus familiares, para que sua vontade seja respeitada. Os pacientes à espera de um órgão estão registrados no Sistema de Lista Única, conforme o Decreto nº 3.407/98. A seleção dos receptores é feita empregando-se vários critérios, como, por exemplo, a compatibilidade sanguínea. Recentemente, o Senado aprovou projeto (PLC nº 34/02) que proíbe a inversão da ordem de inscritos na lista única, caso haja leito disponível em qualquer unidade hospitalar acessível para o procedimento. A proposta voltou para análise da Câmara. Também estão em tramitação no Senado outras propostas que visam aperfeiçoar a lei dos transplantes. Entre elas está a que obriga os planos de saúde a arcarem com despesas referentes a cirurgia de remoção e transporte de órgãos destinados a transplantes (PLS nº 75/02), e a que permite a retirada, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de órgãos de doadores em hospitais não autorizados a realizar transplantes (PLS nº 126/02).

CIDADANIA ESPECIAL

Ano I – Nº 12 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 1º de dezembro de 2003

Na fila de transplantes, vidas à espera de doação

Milhares de brasileiros aguardam na fila por sua última esperança de cura para males graves e crônicos que comprometem a qualidade de vida e até mesmo a sobrevivência. A medicina possui hoje tratamento para quase todo tipo de doença, mas, em muitos casos, só a doação de órgãos, tecidos e sangue pode salvar vidas.

O Brasil é o segundo país no mundo em número de transplantes, atrás apenas dos Esta-

dos Unidos. Serão 8,1 mil em 2003, segundo o Ministério da Saúde. Mas, ainda assim, 56.717 pessoas aguardam uma doação, inscritas no Sistema Nacional de Transplantes, que reúne em lista única todos os que necessitam de novo órgão. Há no país 449 estabelecimentos de saúde credenciados e 1.033 equipes especializadas para realização de transplante, mas a notificação, captação e distribuição de órgãos não é

feita nacionalmente. A boa notícia é que o Sistema Único de Saúde (SUS) financia os custos dos procedimentos. Em 2002, foram gastos R\$ 280 milhões.

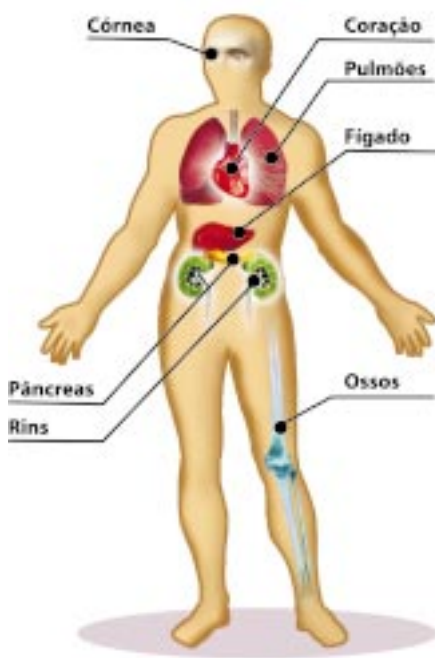
No entanto, por medo e desinformação, continua reduzido o número de doadores. Nesta edição, o **Especial Cidadania** traz esclarecimentos sobre o que fazer para ser um doador e ajudar àqueles que necessitam de um novo órgão para sobreviver.

Muitos podem ser doadores e não sabem

Transplante é um procedimento cirúrgico que consiste na reposição de um órgão (coração, pulmão, rim, pâncreas, fígado) ou tecido (medula óssea, córnea) de uma pessoa doente (receptor) por outra, sadia, de um doador vivo ou morto.

Em vida, é possível doar um dos rins, parte do pâncreas (menos comum), medula óssea (feita por meio de aspiração óssea ou coleta de sangue), fígado (parte dele, em torno de 70%) e pulmão (parte dele, em situações excepcionais).

Após a morte encefálica, podem ser retirados para doação as córneas, coração, pulmão, rins, fígado, pâncreas, ossos, pele, veia safena e três válvulas cardíacas. Um único doador pode salvar ou melhorar a qualidade de vida de pelo menos 25 pessoas.



A morte encefálica significa a parada definitiva e irreversível do cérebro, incluindo o tronco cerebral. Embora ainda haja batimentos cardíacos, a pessoa com morte cerebral não pode respirar sem aparelhos e o coração não baterá por mais de algumas poucas horas. Os órgãos só podem ser aproveitados para doação enquanto ainda há circulação sanguínea, ou seja, antes que o coração deixe de bater. Se ele parar, só poderão ser doadas as córneas. Para verificar a morte do cérebro, são feitos testes neurológicos clínicos – que devem ser repetidos mais de uma vez –, entre outros exames complementares, como eletroencefalograma.

Cadastro reúne interessados em partilhar a medula óssea

Em torno de 1.200 pessoas aguardam por um transplante de medula, reunidas na lista do Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (Redome), que também recebe as informações dos doadores de medula. Necessitam de transplantes, entre outros, os portadores de leucemia. Em 2002, a doença matou 4.460 crianças e adultos, segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca). Na medula são produzidos os componentes do sangue: hemácias (glóbulos vermelhos), leucócitos (gló-

bulos brancos) e as plaquetas.

Qualquer pessoa entre 18 e 55 anos, com boa saúde, pode oferecer uma pequena quantidade de sangue para o cadastro do Redome. A doação da medula só é feita quando há compatibilidade entre o doador e o receptor. Por isso, são organizados bancos de doadores de medula óssea, cuja função é cadastrar interessados. Quando um paciente necessita de transplante, o cadastro é consultado. Se compatível, o doador será convidado a fazer a doação.

Na cirurgia, a medula, que fica no interior de ossos da bacia, é retirada por meio de punções, em uma intervenção que dura aproximadamente 90 minutos, com anestesia geral. A operação requer internação. Em torno de 15 dias, a medula do doador se recompõe, sem causar danos à saúde. Para fazer parte do cadastro, o interessado deve procurar o hemocentro de sua cidade, que fará a coleta da amostra e passará as informações para o Redome.

O sangue do cordão umbilical

e da placenta, geralmente descartado após o parto, também pode ser utilizado para o transplante porque é rico em células-tronco, que são capazes de se transformar em tecidos do organismo. O material, quando doado para bancos de sangue de cordão umbilical, é congelado e fica disponível à espera de receptor. O Inca, no Rio de Janeiro, é o único banco público do país a fazer a coleta. Bancos particulares guardam sangue para uso exclusivo da mãe doadora. Podem ser beneficiados com

Informações úteis

Disque-Transplante
0800-883 2323

Disque Saúde
0800-61 1997

Sistema Nacional de Transplantes

Esplanada dos Ministérios,
Bloco G, sala 933
70058-900 – Brasília (DF)
Tel.: (61) 315-2021
www.dtr2001.saude.gov.br/transplantes/

Instituto Nacional de Câncer – Inca

Praça Cruz Vermelha 23, Centro
20230-130 – Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2506-6000
www.inca.gov.br

Centro Nacional de Transplante de Medula Óssea – Cemo

Praça Cruz Vermelha, 23, 7º andar
20230-130 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 2506-6000

Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea – Redome

Rua Sacadura Cabral, nº 178,
Anexo 4, 4º andar, Bairro Saúde
20221-161 – Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2253-0031

Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos – ABTO

Avenida Paulista, 2.001, 17º andar
Conj. 1.704/1.707, Cerqueira César
01311-300 – São Paulo (SP)
Tel.: (11) 3262-3353 3263-0313
www.abto.org.br

Associação Médica Brasileira – AMB

Rua São Carlos do Pinhal, 324,
Bairro Bela Vista
01333-903 – São Paulo (SP)
www.amb.org.br

Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos – Adote

Rua Sete de Setembro, 274,
7º andar, sala 5
96015-300 – Pelotas (RS)
Tel.: (53) 222-9010
www.adote.org.br

Sociedade Brasileira de Transplante de Medula Óssea – SBTMO

Rua Bambina nº 56, sala 202,
Botafogo
22251-050 – Rio de Janeiro (RJ)
Tel.: (21) 2266-4655
www.sbtmo.org.br



SERVIÇO PÚBLICO Instituto Nacional de Câncer tem banco de sangue de cordão umbilical

o transplante apenas crianças e adultos que pesem até 50kg, em razão do pouco volume de sangue disponível no cordão.